

**1. Referência: PA/2023/303**

Objeto: Serviços combinados de vigilância e segurança humana, de ligação à central de receção e monitorização de alarmes e ainda de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de segurança SADI- Sistema Automático de Detecção de Incêndio e SADIR- Sistema Automático de Detecção de Intrusão e Roubo nos três edifícios da ESEP

**2. Especificações técnicas e quantidades:**

Código	Designação	Especificações	Quantidades
1	Serviços combinados de vigilância e segurança humana, de ligação à central de receção e monitorização de alarmes e ainda de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de segurança SADI e SADIR	Caderno de encargos e anexos	Sede e 2 Polos

**3. Entidade adjudicante:**

Escola Superior de Enfermagem do Porto

**4. Órgão que tomou a decisão de contratar:**

☒ Presidente - António Luís Rodrigues Faria de Carvalho

☐ Vice-presidente - \_\_\_\_\_

☐ Administrador(a) \_\_\_\_\_

**5. Fundamentação da escolha do concurso público:**

☐ Tratando-se de **formação de contratos de empreitada de obras públicas** e face ao valor estimado da despesa a efetuar e considerando que não será publicitado anúncio no Jornal Oficial da União Europeia a situação se enquadra na alínea b) do n.º 1 do art.º 19 conjugado com o Regulamentos Delegados (UE) 2021/1952 ( $\leq$  € 5.382.000,00), solicita-se autorização para se recorrer ao **concurso público s/ publicitação no JOUE**.

☐ Tratando-se de **formação de contratos de empreitada de obras públicas** e face ao valor estimado da despesa a efetuar e considerando que será publicitado anúncio no Jornal Oficial da União Europeia a situação se enquadra na alínea a) do n.º 1 do art.º 19 conjugado com o Regulamentos Delegados (UE) 2021/1952 ( $\geq$  € 5.382.000,00), solicita-se autorização para se recorrer ao **concurso público c/ publicitação no JOUE**.

☐ Tratando-se de **formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços** e face ao valor estimado da despesa a efetuar e considerando que não será publicitado anúncio no Jornal Oficial da União Europeia a situação se enquadra na alínea b) do n.º 1 do art.º 20 conjugado com Regulamentos Delegados (UE) 2021/1952 ( $\leq$  €215.000,00), solicita-se autorização para se recorrer ao **concurso público s/ publicitação no JOUE**.

☒ Tratando-se de **formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços** e face ao valor estimado da despesa a efetuar e considerando que será publicitado anúncio no Jornal Oficial da União Europeia a situação se enquadra na alínea a) do n.º 1 do art.º 20 conjugado com Regulamentos Delegados (UE) 2021/1952 ( $\geq$  €215.000,00), solicita-se autorização para se recorrer ao **concurso público c/ publicitação no JOUE**.

**6. Serviço/órgão competente para prestar esclarecimentos:**

Serviço de Gestão de Recursos - Aprovisionamento

**7. Preço base (s/IVA):** (art.º 47 n.º 1 e art.º 60.º n.º1 do CCP)

€292.200,00 (duzentos e noventa e dois mil e duzentos euros)

**8. Documentos que constituem a proposta:** (art.º 57 do CCP)

☒ Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos devidamente assinada

☒ Atributos da proposta.

☐ Lista dos preços unitários dos trabalhos previstos no projeto de execução (aplicável apenas às empreitadas de obras públicas).

☐ Um plano de trabalhos (aplicável apenas às empreitadas de obras públicas).

☐ Um estudo prévio (aplicável apenas às empreitadas de obras públicas).

- ☒ Documento demonstrativo da estrutura de custos do trabalho necessário à execução do contrato a celebrar, nos termos do disposto no art.º 57-A do CCP
- ☒ Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP).
- ☒ Qualquer outro documento que o concorrente apresente.

**9. Idioma dos documentos da proposta:** (art.º 58 do CCP)

- ☒ Língua portuguesa.
- ☐ Língua estrangeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 58.º.

**10. Prazo de apresentação das propostas:**

- ☒ 30 dias

**11. Outros prazos a que se referem as propostas:**

- ☒ Data final para solicitação de esclarecimentos 1/3 do prazo de apresentação da proposta, n.º 1 do art.º 50.º do CCP.
- ☒ Data final para prestação de esclarecimentos 2/3 do prazo de apresentação da proposta, n.º 5 do art.º 50.º do CCP.

**12. Prazo de manutenção das propostas** (art.º 65.º do CCP):

- ☒ 66 dias
- ☐ Outro (nunca inferior a 66 dias) \_\_\_\_\_

**13. Propostas variantes:** (art.º 59.º do CCP)

- ☒ Não são admitidas proposta variantes
- ☐ São admitidas proposta variantes

**14. Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta:**

- ☒ Colocação na plataforma eletrónica: <https://www.acingov.pt>
- ☐ A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

**15. Critério de adjudicações:**

Critério		Facto
<input checked="" type="checkbox"/> Proposta economicamente mais vantajosa	Mais baixo preço do valor relativo às prestações regulares, como único fator	art.º 74 n.º 1) b) do CCP

**16. Critérios de desempate:**

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado conforme descrito no caderno de encargos

**17. Documentos de habilitação a apresentar:** (art.º 81 e alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º)

- ☒ Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP.
- ☒ Documentos comprovativos de que se encontra nas seguintes situações:
  - ☒ Não tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado.
  - ☒ Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social, ou autorização de consulta no *site* da respetiva instituição.
  - ☒ Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal, ou autorização de consulta no *site* da respetiva instituição.
  - ☒ Não tenham sido condenados por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes: participação em atividades de uma organização criminosa; corrupção; fraude e branqueamento de capitais.
- ☐ Não tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, acessória ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem.
- ☐ Alvarás ou títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., para os lotes aplicáveis.
- ☒ Outros:

☒ Alvarás ou licenças para realização da atividade sempre que aplicável.

**18. Prazo de apresentação dos documentos de habilitação**

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias após a data de adjudicação.

**19. Prazo supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados**

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias após a data de adjudicação.

**20. Caução: (art.º 88.º do CCP)**

- ☐ Não é exigível caução (valor contratual inferior a €500.000,00).
- ☐ Retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar.
- ☐ Não é exigida a prestação de caução contra entrega pelo adjudicatário de seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora que cobre o preço contratual.
- ☐ Não é exigida a prestação de caução contra entrega de declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária com sede em Estado membro da União Europeia.

**21. Valor da caução: (art.º 89.º do CCP)**

☒ O valor da caução é de 5% do valor anual de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 89.º do CCP. Cada renovação é condicionada à prestação de nova caução.

**22. Modo de prestação de caução (art.º 90.º do CCP)**

O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º;

A caução pode ser prestada por:

- ☒ Depósito em dinheiro à ordem da Escola Superior de Enfermagem do Porto;
- ☒ Títulos emitidos ou Garantidos pelo Estado;
- ☒ Garantia bancária - minuta em anexo;
- ☒ Seguro-Caução - minuta em anexo.

**23. Outros**

**24. Legislação aplicável:**

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e alterações subsequentes), e restante legislação aplicável.

Subscritor: Susana Silva